

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, julho de 2012, número 55. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Territórios e luta pela terra no Rio Grande do Sul

ARTIGO DO MÊS

**Territorialidad y desarrollo rural Ser Huarpes en el siglo XXI:
la comunidad Sawa y la construcción de su territorialidad**

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XVII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG

UFMG/Belo Horizonte – Minas Gerais, 23 a 28 de julho de 2012.

XIII Semana de Geografia “A Geografia e o desafio de desvendar o Brasil” / VII Encontro de Estudantes.

I Workshop “Tratamento da Informação Geográfica”

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 20 a 24 de agosto 2012.

XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA

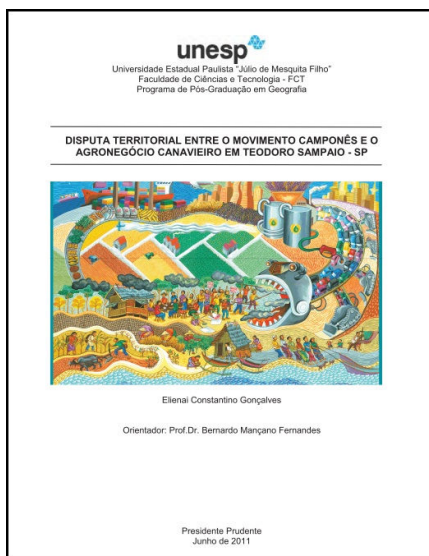
UFU/Uberlândia – Minas Gerais, 15 a 19 de outubro de 2012.

PUBLICAÇÃO

Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio - SP

Autor: Elienai Constantino Gonçalves.

Dissertação de mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia – área de Produção do Espaço Geográfico, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, campus de Presidente Prudente. Trata da disputa territorial entre o agronegócio canavieiro e o movimento camponês no referido município, mais precisamente a disputa pelas terras e políticas públicas para o desenvolvimento territorial. Notadamente verifica-se a territorialização das transnacionais do agronegócio na região do Pontal do Paranapanema – SP, região com maior concentração de terras públicas e assentamentos rurais do estado de São Paulo.



APOIO 

Elaborado por Danilo Valentin Pereira (bolsista PROEX) e Felipe dos Santos de Melo (bolsista Ciência na UNESP). Pesquisadores do NERA.
Coordenação: Carlos Alberto Feliciano; Revisão: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP) e Francilane Eulália de Souza.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

TERRITÓRIOS E LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL¹

Rosa Maria Vieira Medeiros

Prof^a do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Departamento de Geografia/IG/UFRGS

Coord^a do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG

Coord^a do DATALUTA Rio Grande do Sul

rmvmedeiros@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos os territórios e disputas territoriais no Rio Grande do Sul, apresentando um breve histórico da questão agrária e como a formação do MST contribuiu para o fortalecimento da luta pela reforma agrária. Apresentamos dados do DATALUTA manifestações de 2011 e 2012 para demonstrar a permanência desta luta. O território do Rio Grande do Sul formou-se através do embate entre duas forças que disputaram através do discurso, da política, dos costumes, dos hábitos, de símbolos, mas principalmente através da viabilidade de suas formas produtivas, certa porção territorial que passa a ser sinônimo de poder. Raffestin (1993, p. 43) coloca que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) o território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Por outro lado, uma análise abrangente do território o vê “[...] na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos nos referindo, afetiva”.(HAESBAERT, 1997, p. 41)

Para Fernandes (2009, p. 79),

na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões.

O território é, pois, um instrumento de poder e a ele é dado um valor que considera suas diferentes dimensões tais como política, social, cultural, econômica, ambiental, entre outras. A este território são destinadas políticas territoriais que não deveriam concebê-lo como uno, mas sim como um território que internamente seja formado por diferentes territórios, com grupos sociais cujas formas de organizações e características são distintas. No entanto, o capital com seu poder político, que interfere diretamente nas políticas territoriais, ignora estas diferenciações e organiza um território produtor de mercadorias, homogêneo e excludente. Por outro lado, segundo Fernandes (2007), os camponeses organizam seus

¹ Participação dos bolsistas Douglas M. Robl, Joel Melchior, Daniela S.da Rocha.
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

territórios com o objetivo primeiro de garantir sua existência e de desenvolver todas as dimensões de sua vida.

Estas formas distintas de organizar os territórios se expressam na paisagem de forma clara e expressiva. O território camponês, heterogêneo é composto por vários elementos paisagísticos tais como a grande presença de pessoas com suas moradias, suas culturas, seu trabalho que ali estão presentes para reconstruir suas vidas e buscar sua sobrevivência. Fernandes², destaca que são “homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, os componentes da paisagem dos territórios camponeses”. Esses elementos é que foram negados quando da ocorrência do processo de desterritorialização desses camponeses, uma vez que sua fixação foi bloqueada enquanto grupo social, população e indivíduo, a uma base física, ao território. Soma-se a isso o fato de praticamente perderem, ou pelo menos deixarem adormecidos, seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano. Sua identidade territorial se esfacela, pois foi perdida a base, ou seja, sua identidade social que se definia fundamentalmente através do território, da sua apropriação material e imaterial, indissociáveis, porque um não existe sem o outro.

O processo de desterritorialização, com seu viés econômico muito forte, nega a reprodução desse grupo em uma porção específica do território, provoca seu deslocamento e a conseqüente busca por uma nova reterritorialização econômica, política, social e cultural em um novo lugar. Mas do mesmo modo que esse viés econômico nega o acesso e a manutenção do seu território ele pode ser utilizado como um agente reterritorializador à medida que poderá propor novas formas de produção mais “eficientes” do que aquelas tradicionalmente desenvolvidas naquele espaço. São as novas alternativas de produção propostas por aqueles que foram excluídos do processo produtivo que aplicam seus saberes, ou buscam novos, para assim produzir alimentos saudáveis reduzindo os impactos ao ambiente. São forças sociais, econômicas e políticas atuando tanto na manutenção quanto na expulsão e atração dos grupos envolvidos na luta pela terra. É a simultaneidade dos processos de desterritorialização e reterritorialização. No Rio Grande do Sul uma grande parcela de camponeses desterritorializados foram reterritorializados em um espaço que ainda hoje se configura como o território de domínio do latifúndio pecuarista. A Campanha Gaúcha foi, e ainda é, o palco do maior número de manifestações de luta pela terra.

A OCUPAÇÃO COMO BASE DA FORMAÇÃO TERRITORIAL

Para se compreender a construção do território riograndense é necessário que se considere seu caráter fronteiriço. Esta peculiaridade emprega uma característica: a militarização e a formação de uma ideologia conservadora de defesa do território com a manutenção histórica de valores dominantes. (HAESBAERT, 1988). Esta intensa movimentação fronteiriça, decorrente das constantes lutas pela demarcação territorial, fez com que a ocupação do território ocorresse de forma diferenciada das demais regiões brasileiras. Aqui, a ocupação territorial se deu via sesmaria onde a pecuária extensiva foi a atividade predominante. Esta forma de ocupação emprega ao território riograndense um caráter extremamente segregador na medida em que o latifúndio pecuarista associa-se ao grupo social hegemônico, com uma

² http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_05.html. Consultado em 10/06/2012.

base econômica e uma identidade regional que dominam o espaço gaúcho, sobretudo na Campanha Gaúcha.

A base econômico-social formada através do latifúndio militar-pecuarista empregou ao território riograndense feições que com o decorrer do tempo foram vistas como negativas pelo poder central, ou seja, a pouca mão-de-obra empregada na atividade não proporcionava o adensamento populacional desejado, além disto ocupava uma área geográfica específica, os campos. Esta especificidade geográfica/econômica fez com que o governo central, já em 1748, empregasse esforços no sentido de colonizar as áreas não ocupadas pela pecuária. Tais esforços se davam também porque a atividade ligada à pecuária não proporcionava um abastecimento satisfatório de gêneros alimentícios à população. Os esforços para a colonização das áreas de mata, ou seja, aquelas impróprias para a pecuária se efetivam a partir de 1824 com a chegada dos imigrantes alemães ao estado do Rio Grande do Sul. Em 1874-75 chegam os imigrantes italianos com igual objetivo de colonizar as áreas não propícias à pecuária.

Os grandes proprietários não ficaram de fora do novo mercado de terras que surgia no espaço riograndense. Segundo Bernardes (1963, p. 32),

os grandes proprietários do campo encontraram um negócio lucrativo para suas sesmarias de mata que estavam sem aproveitamento: vendê-las em pequenos lotes, aos filhos dos colonos que necessitavam de terras. (...) Muitos particulares registravam glebas como se fossem de sua 'posse' ou ocupação e, antes mesmo de receberem o título definitivo, retalhavam-na e vendiam-nas em lotes coloniais.

Os grandes proprietários, portanto foram agentes modeladores do espaço colonial à medida que influenciaram e definiram quais áreas seriam ou não ocupadas por tal processo, mas mesmo tendo participado do processo este não seguia/servia apenas às necessidades dos grandes pecuaristas, este também tinha por objetivo diversificar sócio-politicamente a área dominada unilateralmente pelos latifundiários pecuaristas. (HAESBAERT, 1988, p.42). A coexistência desses dois tipos de ocupação da terra, latifúndio pecuarista e minifúndio policultor, a partir de 1870, é explícita, bem como a existência de um novo gênero de vida e de forma de produção. Isto, porém, não significa que o espaço social da colônia tenha ocupado uma posição privilegiada frente à classe latifundiária pecuarista uma vez que a multiplicidade sócio-econômica do estado era buscada sem que a força do latifúndio pecuarista fosse abalada. (BERNARDES, 1963; HAESBAERT, 1988).

Santos (1997, p. 109) coloca que:

(...) cada momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença de restos do trabalho anterior. Isso distingue cada lugar dos demais, essa combinação de temporalidades diversas.

O que ocorre no espaço riograndense é a justaposição ou coexistência de dois tipos de ocupação da terra e de formas de produção, onde o primeiro, o latifúndio pecuarista, se mantém independente da expansão do segundo, a pequena propriedade camponesa. Seguindo esta orientação podemos afirmar que devido aos tipos de ocupação e às formas de produção, o território riograndense fraciona-se, a grosso modo, em duas regiões (norte/sul) que podem perfeitamente ser identificadas segundo a sua produção, os tipos sociais, a cultura, o desenvolvimento econômico, a concentração de municípios etc. O espaço

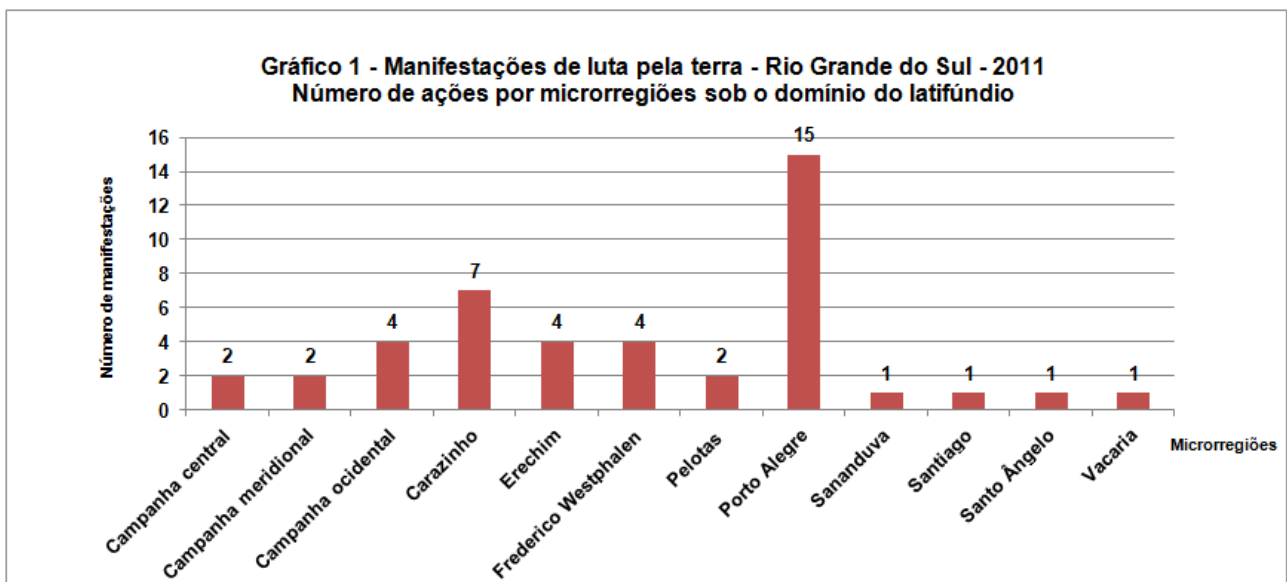
riograndense se desenvolve segundo orientações político-econômicas que irão empregar a ele uma divisão com marcas profundas em seu território, principalmente no que se refere à dinâmica de seu desenvolvimento. As relações de subordinação econômica e política alteram-se e a pecuária tradicional gradativamente perde sua importância no cenário econômico, mas deixando marcas no território que perduram, constituindo expressões de tempos passados, no tempo presente. Em razão disso, seus representantes mantêm posição de destaque na política regional.

A economia do Rio Grande do Sul é organizada tendo de um lado o latifúndio pecuarista, com economia centrada principalmente no setor agropecuário onde, as lavouras (principalmente de arroz) apresentam altos índices de mecanização, produção e “produtividade”. Esta especialização expressa através da pecuária extensiva e do arroz faz com que a dinâmica produtiva da metade sul fique extremamente vulnerável às crises econômicas, além do que seu setor produtivo é monopolizado por um pequeno grupo. De outro lado temos a metade norte do estado ocupada pela colonização alemã e italiana, principalmente, e caracterizada originalmente pela presença da pequena propriedade familiar camponesa. Nesta, há uma grande diversificação da produção e de investimentos. Esta diversificação da produção possibilita certa estabilidade frente às crises no setor agropecuário. A dinâmica histórica de ocupação do território riograndense aliada à estratégia de desenvolvimento implantada para o país nas décadas 1950/60 para o setor agropecuário deixou claro que o aumento do número de excluídos do campo e da pobreza no estado seria inevitável.

TERRITÓRIOS DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

O ano de 1979 marcou a história do Rio Grande do Sul, registrando a persistência do processo de reivindicação pela Reforma Agrária, que se iniciara antes do golpe militar de 1964, atravessara a ditadura e fazia emergir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (FERNANDES, 2000). As primeiras ocupações de terra ocorreram no município de Ronda Alta, onde cerca de 340 famílias, provenientes inclusive do Paraná devido à construção da Hidrelétrica de Itaipú, deram início a um dos maiores movimentos socioterritoriais organizados do Brasil. Estas manifestações reconfiguraram o espaço agrário do Rio Grande do Sul uma vez que esses camponeses excluídos do processo produtivo foram assentados em sua grande maioria no espaço de domínio do latifúndio pecuarista. Atualmente este espaço é ainda palco de manifestações daqueles que reivindicam a terra como instrumento de trabalho e elemento fundamental para sua reprodução social, econômica e política.

A formação do MST fortaleceu a organização camponesa no Rio Grande do Sul de modo que nas últimas décadas do século passado e na primeira deste, os territórios do estado foram disputados pelo estabelecimento de modelos de desenvolvimento dos territórios do campesinato e do agronegócio. No ano de 2011, como mostra o gráfico 1, ocorreram diversas manifestações de luta pela terra exatamente na porção do território de domínio do latifúndio. A microrregião da Campanha Central foi a que registrou o maior número só sendo superada pela microrregião de Porto Alegre. Os latifundiários resistentes às mudanças nos índices de produção buscam formas para mascarar a improdutividade e a ausência da função social da terra. Mas os camponeses estão atentos e através de diferentes formas de ocupações chamam a atenção das autoridades para sua situação.



Fonte: DATALUTA, 2012.

Porto Alegre concentra o maior número de manifestações por diversos fatores: ser a capital do estado e, portanto, ser o centro do poder e a região metropolitana de Porto Alegre concentrar um grande número de assentamentos, dentre eles, o assentamento Filhos de Sepé que conta com 376 famílias distribuídas em quatro setores de um total de 9.200 ha. A forma de atrair a atenção da população urbana é exatamente por meio da manifestação pública, provocando alteração na ordem estabelecida.

Através dos registros do NEAG, podemos observar que no ano de 2012, nos meses de março e abril as manifestações também foram significativas. Em março ocorreram manifestações em Porto Alegre e no município de Bagé, na Campanha Gaúcha como pode ser observado na figura 1.

O massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 tornou o mês de abril uma referência para as lutas e manifestações. O dia 17 de abril foi definido pela Via Campesina como o Dia Internacional da Luta Camponesa (FERNANDES, 2000). Neste mês, como pode ser observado na figura 2, ocorreram manifestações em Sarandi, defronte às sedes do Laboratório Nacional de Pesquisa Agropecuária (LANAGRO), em Trindade do Sul, Encruzilhada do Sul, Porto Alegre e Santana do Livramento. Também se registrou uma ocupação em Santa Margarida do Sul, município localizado na região da Campanha Gaúcha, que teve divulgação apenas na imprensa local. Na manhã do dia 23 de maio, houve uma nova manifestação do MST na entrada do prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no centro de Porto Alegre, onde reivindicavam o assentamento de mil famílias acampadas no interior do estado que deveriam ter sido assentadas até o final de 2011.

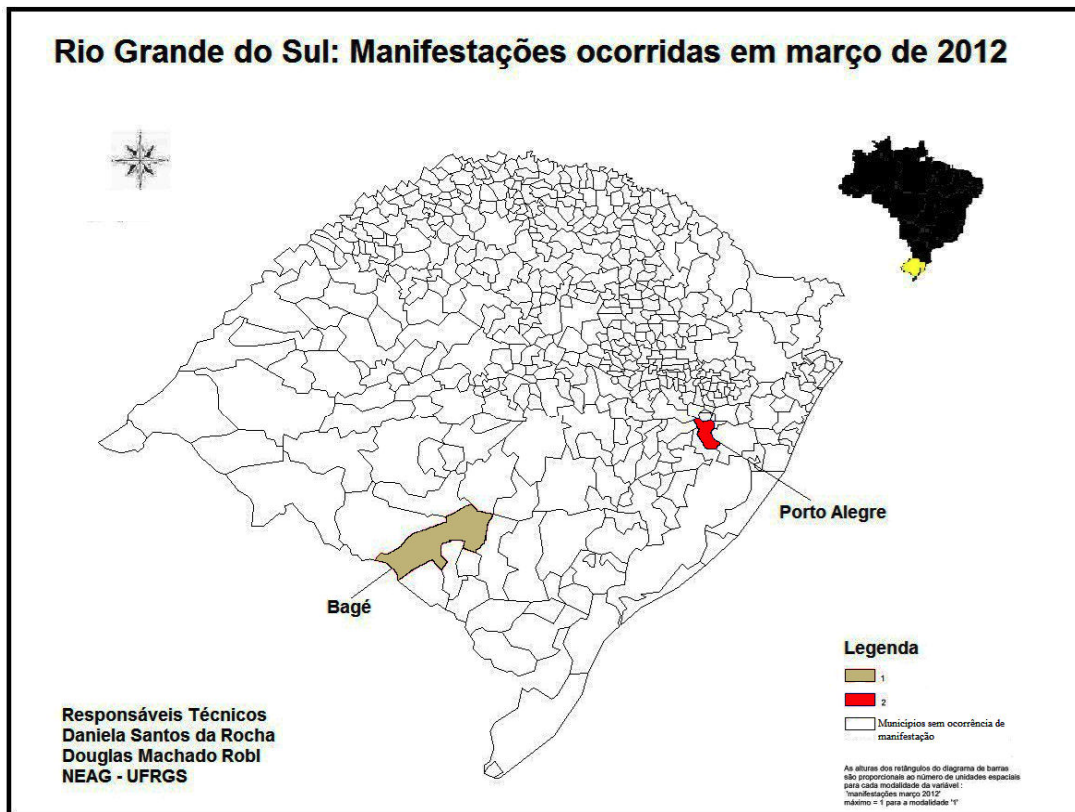


Figura 1 – Rio Grande do Sul - Manifestações ocorridas em março de 2012.
Fonte: NEAG, 2012.

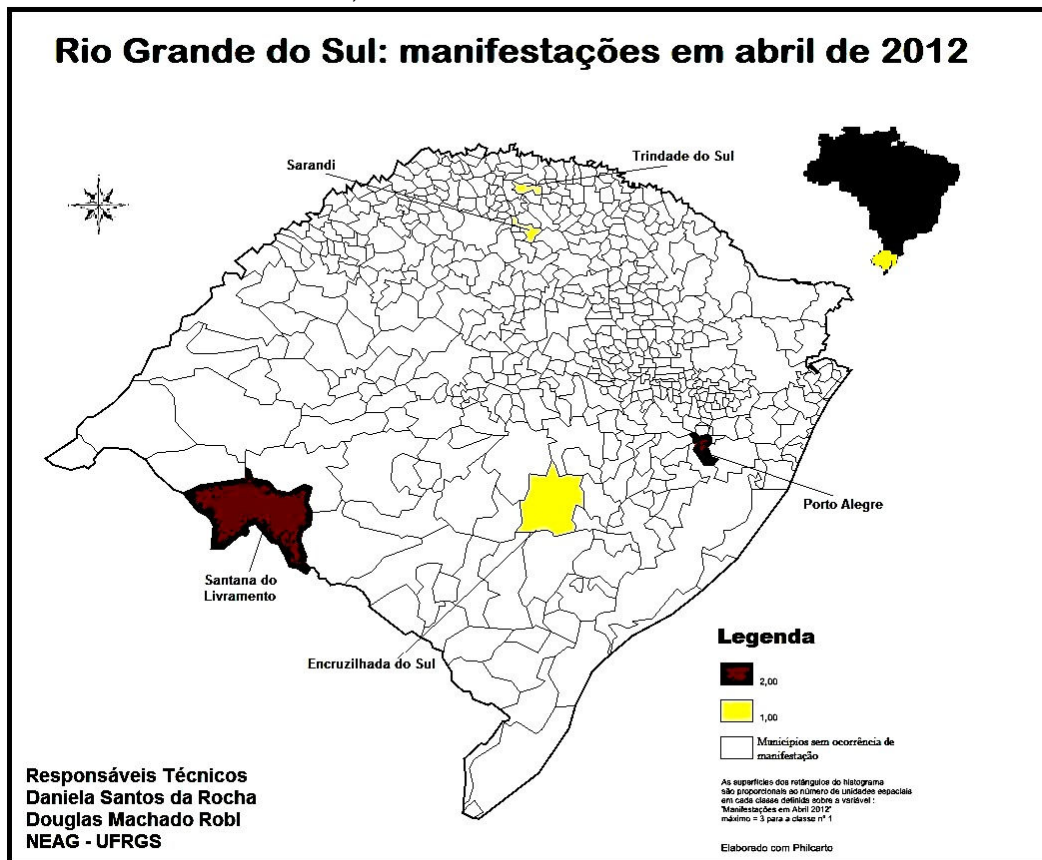


Figura 2 – Rio Grande do Sul - Manifestações ocorridas em abril de 2012.
Fonte: NEAG, 2012

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar neste texto uma parte da questão agrária gaúcha através de um breve histórico e de algumas referências para conhecer as disputas territoriais. Há um processo de reterritorialização do campesinato com a implantação de assentamentos em espaços estranhos e distantes, tornando assim, novos enfrentamentos para as famílias. As dificuldades não serão apenas de ordem econômica, mas também pessoais e emocionais. Isto porque, o processo de desterritorialização é uma etapa muito penosa na vida do agricultor sem terra; é o momento da expropriação não só de seus bens materiais, mas de toda identidade construída a partir do seu trabalho com a terra. Sua identidade territorial sofre um grande impacto, e não são raros os casos em que esses camponeses esmorecem, abandonam a luta e procuram voltar ao “*seu lugar de origem*”. É a identificação com o território que lhe possibilitará construir sua identidade territorial, pois sua luta foi intensa para obter este pedaço de chão. Este chão se torna um símbolo, é o sonho que se concretiza, é a sua terra. Neste espaço socioterritorial concreto, que é o assentamento, surge uma nova perspectiva acalentada pela esperança de transformar esse sujeito excluído na sociedade, em um sujeito participativo, ativo na sua própria reconstrução. Na construção deste espaço ele projetará o novo a partir do seu vivido, do seu contexto histórico e do seu imaginário social. A sua identidade se revelará através do seu território, onde sua cidadania se reconstruirá e se fortalecerá.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Separata do Boletim Geográfico, n.º. 171 novembro/dezembro de 1962 e 172 janeiro/fevereiro de 1963, IBGE – Conselho nacional de geografia, Rio de Janeiro 1963.

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

_____. *Educação do campo e território*. Disponível em: http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_05.html. Acessado em 10/06/2012.

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUF, 1997.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. (trad.) Maria Cecília França, São Paulo, Ed. Ática, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Hucitec, 1997, p 251-263.

SZMRECSANY, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.